

SindSAÚDE-SP

SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO



CAMPANHA SALARIAL 2019 - Pauta econômica

Conselho de Delegados Sindicais de Base

Introdução

A direção do SindSaúde-SP apresenta abaixo os pontos da Campanha Salarial de 2019, o foco da proposta é mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras da Saúde Pública de São Paulo para realizarmos uma disputa política sobre o orçamento público do Estado de São Paulo. A precarização do trabalho e a queda no poder de compra são as principais características que marcam nosso cotidiano.

A pergunta que queremos responder é por que os governadores nos deixam nessa situação se há dinheiro nos cofres públicos do Estado? Mais ainda, se as finanças estão saudáveis, porque nós estamos abandonados e adoecidos?

Por exemplo, a previsão de arrecadação para 2019 é de R\$ 231,162 bilhões que é 6,57% maior que a do ano passado. Para além do que está previsto, o que foi efetivamente arrecadado em 2018 também foi maior do que 2017, 4,06% maior. E se compararmos 2017 com 2016, as receitas realizadas foram 6,91% superiores.

Projeta-se um crescimento do PIB do Estado de São Paulo em 2018 de 2,1%, ou seja, a economia paulista cresceu acima do que cresceu o país, o que refletiu positivamente em uma maior arrecadação do governo. Com o aumento da receita, as contas do governo não estão quebradas.

Pra fechar, existe um limite que a legislação permite que os governos gastem com o funcionalismo. No caso de São Paulo, segundo o Relatório de Gestão Fiscal do Estado, a despesa com pessoal de 2018 está R\$ 7,2 bilhões abaixo desse teto, chamado de limite prudencial.

Ao longo da campanha vamos provar que haveria orçamento para uma recomposição salarial dos trabalhadores (as) da Saúde, mas que são as opções políticas feitas pelos últimos governos, e reafirmadas pelo atual governador, que não permitem a valorização do funcionalismo.

1. CUMPRIMENTO DA DATA BASE DE 1º DE MARÇO

Conforme a Lei 12.391, de 23 de maio de 2006, a data base da categoria é 1º de março. Então exigimos que o governo cumpra a Lei e negocie democraticamente com o SindSaúde-SP e os demais sindicatos do funcionalismo estadual.

2. REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DE 45,58%

Ficamos anos sem reajustes ou aumentos salariais por muitos anos, somente para repor o que a inflação levou dos nossos salários desde 2012, precisamos de um reajuste de 45,58% em 1º de março de 2019, considerando o ICV Dieese.

Quadro: Perdas Acumuladas de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2019

| | |
|--|---------|
| Reajuste salarial no período | 3,50% |
| ICV-DIEESE acumulado no período | 50,68% |
| Perda salarial até 28 de fevereiro de 2019 | -31,31% |
| Reajuste necessário em 01 de março de 2019 | 45,58% |
| INPC-IBGE acumulado no período | 48,85% |
| Perda salarial até 28 de fevereiro de 2019 | -30,47% |
| Reajuste necessário em 01 de março de 2019 | 43,82% |

Nota: Considerando estimativa de 0,37% para o INPC e ICV de fevereiro de 2019. De março de 2018 a fevereiro de 2019 o ICV estimado ficou em 3,67% e o INPC em 3,76%.

Elaboração: DIEESE

3. AUMENTO REAL DOS SALÁRIOS DE 2%

Além do reajuste, é preciso um aumento real para começar a aproximar nossos salários com os valores de mercado. É possível o governo construir essa equiparação ao longo do tempo, começando agora, há espaço no orçamento que está 4% abaixo do limite prudencial das despesas.

4. REAJUSTE DO VALOR DO VALE REFEIÇÃO PARA R\$ 34,49

Segundo a Pesquisa Preço Médio realizada pela ABBT (Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador) o valor médio da refeição fora de casa foi de R\$ 34,49 na Região Sudeste do país em 2018.

O Vale Refeição no serviço público em São Paulo é garantido pela Lei Estadual 7.524, de 28 de outubro de 1991, mas em decorrência dos longos períodos sem reajuste, o valor atual é insuficiente para a segurança alimentar dos nossos trabalhadores (as).

5. PRÊMIO DE INCENTIVO

Reivindicamos o reajuste do valor do PI para toda a categoria com isonomia dentro de cada nível (elementar, intermediário e universitário) e que o PL de reestruturação deste direito que está parado na Casa Civil do governo seja encaminhado urgente para a ALESP.

6. GRATIFICAÇÕES

Reivindicamos a equiparação da GDAMSPE dos trabalhadores do IAMSPE ao valor do prêmio de incentivo pago aos trabalhadores da administração direta na Saúde, como medida de igualdade e justiça social.

7. 30 HORAS - JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO NAS AUTARQUIAS SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO

30 horas semanais como jornada máxima de trabalho para todas as trabalhadores (as) administrativos (as) das autarquias, uma vez que este direito já foi conferido aos trabalhadores da administração direta, inclusive celetistas e sendo única a categoria dos trabalhadores da saúde é injusto esta diferenciação, o que contraria inclusive orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

8. REAJUSTE DA UBV

A UBV (Unidade Básica de Valor) foi instituída pela Lei 1.080/2008 e é utilizada como base de cálculo das gratificações e outras vantagens pecuniárias, com valor estipulado em R\$ 100,00 mais um reajuste de 3,5% em março de 2018.

QUADRO – Perdas Acumuladas de 1º de março de 2009 a 28 de fevereiro de 2019

| | |
|--|---------|
| Reajuste salarial no período | 3,50% |
| ICV-DIEESE acumulado no período | 79,13% |
| Perda salarial até 28 de fevereiro de 2019 | -42,22% |
| Reajuste necessário em 01 de março de 2019 | 73,07% |
| INPC-IBGE acumulado no período | 74,94% |
| Perda salarial até 28 de fevereiro de 2019 | -40,84% |
| Reajuste necessário em 01 de março de 2019 | 69,03% |

*Nota: Considerando estimativa de 0,37% para o INPC e ICV de fevereiro de 2019. De março de 2018 a fevereiro de 2019 o ICV estimado ficou em 3,67% e o INPC em 3,76%.
Elaboração: DIEESE*